



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Carlos Silva
Secretário Geral - Secrétaire Général
General Secretary - Generalsekretär

Lucinda Dâmaso
Presidente - Président
President - Präsident

N/ref. **SG055/2021**

Data: **22/07/2021**

Exmo. Senhor
Primeiro-Ministro
Dr. António Costa

Assunto:

Vem a UGT – Central sindical portuguesa e parceiro social com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, em seu nome e de todas as suas organizações filiadas, expor a Vossa Excelência um conjunto de preocupações, que afetam centenas de milhar de trabalhadores portugueses, num contexto nacional e internacional de grandes constrangimentos sanitários, fruto da pandemia SARS-Cov2, contexto esse aproveitado por muitos para promover a desregulação laboral, impondo reestruturações agressivas e intoleráveis pela pressão e assédio causados a milhares de trabalhadores, com todas as consequências de saúde e psicológicas daí resultantes.

A UGT apoiou e saudou a Cimeira Social do Porto que o Governo português levou a cabo em Maio deste ano, durante a presidência do Conselho da União Europeia.

A UGT não regateou esforços de influenciar, pela sua postura proativa, o movimento sindical europeu e mundial, através da CES e da CSI (Confederações Europeia e Mundial de Sindicatos) para uma forte participação e apoio aos objetivos da governação portuguesa neste primeiro semestre de 2021, assentes na essência do diálogo social e da concertação social tripartida, com a atração dos parceiros sociais, representantes da sociedade civil, no esforço conjunto de revitalizar a sociedade europeia para o pós-pandemia.

Esperávamos, e continuamos a esperar, que o Governo presidido por Vossa Excelência, atue na mesma linha orientadora que tão bem defendeu e tentou incutir no espírito europeu.

No entanto, vários dos responsáveis da sua equipa governativa não parecem compreender o desígnio do tripartismo e das virtudes da negociação coletiva. Estes não se esgotam nas conversas formais e informais das reuniões que se realizam ao longo do ano com os sindicatos da Administração Pública, mas sem quaisquer consequências para a vida das pessoas que estes

MEMBROS:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Jury' and 'CSPLP', scattered across the right side of the document.

representam. E não podem reduzir-se a meros momentos de informação aos sindicatos, sem que exista uma efetiva disponibilidade e abertura do governo para alcançar consensos.

Com todo o respeito, Senhor Primeiro-Ministro, tal atitude de vários governantes desprestigia o diálogo social e qualquer tentativa do movimento sindical de atingir os seus objetivos – dignificar o trabalho e os trabalhadores, incluindo aqueles de que o Estado é empregador, e que se dedicam briosamente às suas atividades profissionais em nome do Estado e ao serviço de todos os cidadãos. Tal desconsideração afeta a dedicação e a motivação de quem trabalha para auferir, no final de cada mês, um salário justo e a valorização do seu esforço.

O setor da Educação é dos que mais se sente violentado com a ausência de uma negociação séria entre o titular da pasta e os sindicatos da UGT.

Mas não é caso único.

Pese embora o papel relevante da atuação da Senhora Ministra da Saúde durante a crise pandémica, tal não justifica por si só, que os sindicatos caem as suas legítimas reivindicações, o mesmo se passando na Justiça, ou na Administração Pública (latu sensu).

Senhor Primeiro-Ministro,

O exemplo vem sempre de quem está no topo da governação do Estado.

E o setor privado copia sempre o que de pior o Estado exemplifica.

Ao assistirmos à forma como a TAP está a ser gerida, com destruição de postos de trabalho, mesmo depois de um acordo com os sindicatos para a redução de salários, será de acreditar que o movimento sindical consegue verdadeiramente negociar com a PT/Altice, os CTT ou, de forma particular - por ser o pior exemplo de que há memória nas duas últimas décadas - com a Banca nacional?

A destruição de milhares de postos de trabalho nestas empresas e setores, frequentemente com especial responsabilidade de um Estado que já foi o empregador, mas que ainda é regulador e supervisor, é de tal forma maciça e avassaladora, que só resta aos sindicatos lutarem e avançarem para formas de luta a que, por princípio, não recorrem habitualmente, como a greve, as concentrações e mobilizações de trabalhadores para o que está a acontecer em Portugal, com ataques e destruição de direitos, contratação coletiva e desregulação, instabilidade profissional e um conjunto de outras situações a que urge pôr cobro.

Aliás, a situação na Banca é tão dramática que a UGT e os seus sindicatos do setor (Mais Sindicato, SBN e SBC) se atrevem a suspeitar que existe cartelização entre os grandes bancos

MEMBROS



[Handwritten signatures and scribbles at the top of the page]

para uma redução histórica e inédita de postos de trabalho no setor à custa da pandemia e dos seus efeitos. Como é possível que, em nome de um eventual fator concorrencial, todos os Bancos se tenham decidido, em simultâneo, extinguir milhares de postos de trabalho?

Veja-se também os casos dos técnicos de manutenção de aeronaves da TAP (SITEMA), os sapadores florestais (SNPC), a PT/Altice e os CTT (SINDETELCO), a Educação (FNE) e o amplo setor da Administração Pública (FESAP/SINTAP e STE).

Tudo isto, aliado a um conjunto de situações de corrupção, desvios de fundos, branqueamentos de capitais, etc., etc., que parecem conduzir o nosso País para um clima de impunidade, onde tudo é permitido aos mais fortes e poderosos, restando aos mais frágeis, àqueles que são dependentes dos seus salários e dos seus vínculos socio-profissionais, observarem todo este panorama com desânimo e incredulidade. Tudo isto após anos de austeridade em que os rendimentos do trabalho assumiram as responsabilidades e, em alguns casos, os custos das dívidas que outros geraram com os seus devaneios e ganância.

A negociação coletiva está emperrada, mesmo depois de a UGT ter celebrado um acordo tripartido de concertação social em 2018. E aqui importa ter presente que, neste acordo, existem medidas centrais para a dinamização da negociação coletiva e para o combate à precariedade, nomeadamente a aplicação da taxa de rotatividade por excesso de contratação a termo, que continuam por implementar e que ganham ainda maiores relevância e urgência no atual contexto económico e social.

A legislação laboral segue ao sabor da onda político-partidária em plena Assembleia da República, como contrapartida de fazer aprovar orçamentos de Estado, num jogo de luzes e sombras a que os sindicatos são alheios.

Tal como os parceiros sociais, que defendem a concertação e o diálogo social, mas que se vêem relegados para um plano secundário, fruto das decisões de um Governo minoritário que tenta, a todo o custo, navegar nestas águas turbulentas.

O movimento sindical que a UGT representa sempre assumiu posições e reivindicações moderadas, ponderadas e construtivas na defesa dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento sustentável e coeso do nosso País, procurando sempre o compromisso como forma de ultrapassar fronteiras e bloqueios que separam os diferentes grupos de interesses que cada parceiro social representa.

Alguns dos nossos filiados enfrentam hoje verdadeiros calvários negociais, na tentativa de defender centenas de milhar de trabalhadores e os seus postos de trabalho.

A Banca – usurária, lucrativa e não-altruísta – divide para reinar. Ou os trabalhadores aceitam a bem as propostas de rescisões por “mútuo” acordo, ou são confrontados com despedimentos



[Handwritten signatures and scribbles at the bottom right of the page]

coletivos, tal como nos selvagens tempos da troika e das políticas de austeridade. Ou calas, ou levas.

Senhor Primeiro-Ministro,

Não podemos calar a nossa angústia e revolta com o que se está a passar no nosso país.

Se querem alterar a legislação laboral, penalizem quem se aproveita da Lei para despedir, depois de ter recebido apoios do Estado e de terem sido todos os contribuintes portugueses a absorver, com os seus salários e pensões, os custos da gestão danosa de muitos banqueiros e gestores.

Retomem os valores das indemnizações por despedimento, pré-troika, e imponham limites ao setor privado nos despedimentos e rescisões, num período difícil do nosso país, em que a retoma económica vai ser lenta, e em que os abutres já rondam o pote dos fundos europeus, tal a ganância e avidez que se faz sentir quando se fala em dinheiro da Europa.

O Governo tem de cumprir as regras do diálogo social e de respeitar os sindicatos da UGT.

Sem a participação da UGT não há acordos de concertação social no nosso país, porque esta é um esteio fundamental para a garantia sustentada da paz social, não apenas em Portugal, mas em qualquer democracia.

Podem falar muito do diálogo social e realizar muitas e participadas cimeiras sociais.

Mas tragam as questões e os debates para as sedes de diálogo, nomeadamente para a concertação social, e façam por termos resultados para a nossa própria realidade enquanto país europeu, respeitador da democracia participativa e da intervenção da sociedade civil organizada.

Temos de ter um diálogo social com resultados, temos de ter uma negociação coletiva com resultados e nenhum Governo, face aos impasses, atropelos e inconsequências que vivemos, pode ser alheio, ou indiferente, às suas responsabilidades de ser um empregador exemplar e de dinamizar o diálogo e a negociação – a todos os níveis e em todos os sectores - com as estruturas a quem a nossa Constituição reconhece o papel fundamental da defesa dos milhões de trabalhadores de Portugal: os sindicatos.

MEMBROS



Exmo. Senhor Primeiro-Ministro

Vários dos nossos filiados decretaram greves nos seus setores de atividade, porque esgotaram os recursos da negociação, seja com o Estado, seja com o setor público empresarial ou com o privado.

Estamos à beira do fim da linha. Resta-nos a decência de esperar pelo Governo, para ver se vem ao encontro das expetativas que ele próprio criou junto dos trabalhadores.

Não são os sindicatos da UGT que são os adversários do Governo – aliás, nunca foram adversários de qualquer Governo, mas sim, parceiros.

E enquanto parceiro social, a UGT tudo fará, na competência e legalidade das suas funções, para alertar o Governo e todos os atores políticos e sociais de que os abusos laborais que se estão a cometer neste momento, em nome e a coberto da pandemia, ferem a democracia e o Estado de Direito.

Cabe, pois, a Vossa Excelência analisar o exposto, sabendo que a UGT e os seus sindicatos filiados ficam à Vossa disposição para transmitir de viva voz as preocupações que grassam na sociedade portuguesa e que carecem de uma resposta Social e política URGENTE.

Com os melhores cumprimentos,

Pelo Secretariado Nacional da UGT